

Pauta Congressista da Confederação Nacional de Municípios, contendo as principais matérias de interesse da Entidade, referente a semana do dia 23 a 27 de abril de 2018.



Comissão Especial da PEC 253/2016 – ADIN/ADC

Senhores Parlamentares,

A Confederação Nacional de Municípios convida todos os Parlamentares a estarem presentes na Eleição dos Vice-Presidentes; Definição do Roteiro de Trabalho e Deliberação de Requerimentos da Comissão Especial que irá proferir parecer à PEC 253/2016. Em suma, a matéria legitima Entidades de nível nacional a propor Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade. A reunião está agendada para a próxima terça-feira, às 14h30, Plenário nº 6.

**PLENÁRIO/ DATA: 24/4/2018, ÀS 16H**

**ITEM 3 – PL 1202/2007** (Regulamentação do Lobby). Ementa: disciplina a atividade de "lobby" e a atuação dos grupos de pressão ou de interesse e assemelhados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências.

Autor: Deputado Carlos Zarattini (PT-SP).

**Posicionamento: Aprovar.**

**ITEM 5 – MPV 815/2017** (Apoio Financeiro aos Municípios). Ementa: Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federativos que recebem o Fundo de Participação dos Municípios - FPM, no exercício de 2018.

Autor: Presidência da República.

**Posicionamento: Aprovar.**

**Comissão Especial: PEC 15/2015 – Fundeb Permanente | Data: 24/4/2018, às 14h30, plenário 6**

**Reunião:** Eleição dos Vice-Presidentes; Definição do Roteiro de Trabalho e Deliberação de Requerimentos.

**Audiência Pública: PEC 253/2016 – ADIN/ADC | Data: 24/4/2018, às 14h30, plenário 6**

**Reunião:** "Discussão da proposta de substitutivo à PEC nº 15 de 2015: análise do texto e sugestões para o seu aprimoramento".

**Audiência Pública: PL 1292/1995 – Licitações | Data: 24/4/2018, às 14h30, plenário 6**

**Reunião:** Debate sobre o PL 1292/1995 e apensados.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, DE JUSTIÇA E DE CIDADANIA/ Data: 24/4/2018, às 14h30, Plenário 1**

**ITEM 4 – PLP 365/2017** (Lei do ISS). Ementa: Acrescenta § 4º ao art. 7º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para dispor sobre a base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) incidente sobre os serviços prestados por agências de turismo.

Autor: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

Relator: Deputado Tadeu Alencar (PSB-PE).

**Posicionamento: Rejeitar. O dispositivo ora proposto contraria o art. 7º da LC 116/2003 que prevê que a base de cálculo do ISS é o preço do serviço (sem deduções). Como o ISS incide sobre o preço do serviço, a regra geral é a tributação de toda a receita decorrente da prestação de serviços, sem qualquer dedução. Nesse sentido, é importante destacar que os valores pagos não devem ser abatidos da receita tributável, pois constituem parte dos custos da prestação de serviços. A regra proposta contraria os fundamentos da lógica tributária para estas situações.**

**ITEM 30 – PL 1655/2011** (Lei do Fundef). Ementa: Altera o § 1º do art. 15 da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, para dispor sobre a distribuição nacional dos recursos do salário-educação.

Autora: Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO).

Relator: Deputado Felipe Maia (DEM-RN).

**Posicionamento: Aprovar.**

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE/ Data: 25/4/2018, às 10h, Plenário 2**

**ITEM 1 – PLP 404/2014** (Licenciamento Ambiental). Ementa: Altera a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para assegurar a participação do ente federativo impactado no licenciamento ambiental de competência da União.

Autora: Deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA).

Relator: Deputado Roberto Balestra (PP-GO).

**Posicionamento: Aprovar.**

**ITEM 14 – PL 2800/2015** (Código Florestal). Ementa: Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, estabelecendo normas para a manutenção de imóveis residenciais e comerciais em Áreas de Preservação Permanente localizadas em perímetros urbanos.

Autor: Deputado Alceu Moreira (PMDB-RS).

Relator: Deputado Nilto Tatto (PT-SP).

**Posicionamento: Aprovar o parecer do relator pela rejeição da matéria.**

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA/ Data: 25/4/2018, às 10h, Plenário 14**

**ITEM 3 – PL 2116/2011** (Iluminação Pública). Ementa: Altera a Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, que "dispõe sobre a remuneração legal do investimento dos concessionários de serviços públicos de energia elétrica, e dá outras providências.

Autor: Deputado Leopoldo Meyer.

Relator: Deputado Delegado Edson Moreira (PR-MG).

**Posicionamento: Aprovar.**



**COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA / DATA: 24/4/2018, ÀS 9H, PLENÁRIO 13**

**ITEM 2 - PLS 291/2013** (Esgotamento Sanitário). Ementa: Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para regular a cobrança pela prestação dos serviços de esgotamento sanitário.

Autor: Senador Cyro Miranda.

**Posicionamento: Aprovar.**

**ITEM 7 - PLS 795/2015** (Economia-Minas e Energia). Ementa: Determina o compartilhamento de postes pelas prestadoras de serviço público com os municípios, define os circuitos de iluminação pública como parte integrante de sistemas de distribuição e institui diretrizes para o serviço de iluminação pública; e altera a Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, para instituir diretrizes para o uso racional de energia elétrica pelo serviço de iluminação pública.

Autora: Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP).

Relator: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

**Posicionamento: Aprovar.**

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO/ DATA: 25/4/2017, ÀS 9H, PLENÁRIO 7**

**ITEM 3 – PLS 46/2012** (Turismo). Ementa: Assegura aos estabelecimentos com atividades na área de turismo rural, ecoturismo e de aventura tarifação de energia elétrica equivalente à classe rural e suas subclasses.

Autor: Senador Lauro Antonio.

Relator: Senador Hélio José (PROS-DF).

**Posicionamento: Rejeitar o parecer do relator. Os estímulos a essas atividades são compatíveis com os modelos de sustentabilidade que se deseja estabelecer no turismo em território nacional. Assim, é pertinente e justo assegurar aos estabelecimentos voltados para as atividades de Turismo Rural, de Turismo de Aventura e de Ecoturismo uma tarifação do fornecimento de energia elétrica equivalente à aplicada à classe rural e suas subclasses, de forma a reduzir custos das respectivas atividades, viabilizando alternativas de renda no meio rural, contribuindo para a permanência do homem no campo.**